

ILHA DO BANANAL: RESISTÊNCIA E AUTO-ORGANIZAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE CUIABÁ-MT

BANANAL ISLAND: RESISTANCE AND SELF-ORGANIZATION OF POPULATION IN STREET SITUATION IN CUIABÁ-MT

ISLA BANANAL: FUERZA Y LA AUTO-ORGANIZACIÓN DE LA POBLACIÓN EN SITUACIÓN DE CALLE EN CUIABÁ-MT

Eliete Borges LOPES/UFMT¹
Luiz Augusto PASSOS /UFMT²

RESUMO: A tese aqui presente é a de que existe em Cuiabá uma comunidade em situação de rua que habita a Ilha do Bananal no Centro da Cidade e de que esta comunidade possui uma auto-organização a partir dos *arte-fatos* e *afetos* que mobilizam. Este fenômeno foi descrito a partir da pesquisa de campo exploratória e contou com o diálogo com moradores em situação de rua e descrição dos fenômenos que compõe a comunidade que habita a Ilha do Bananal. Os *arte-fatos* e *afetos* são uma maneira de dizer de toda uma cultura material e imaterial que envolve a vida da população em situação de rua que habita a Ilha do Bananal. A pesquisa revela que mesmo vivendo sob égide da vulnerabilidade a comunidade da Ilha do Bananal consegue resistir frente a fenômenos como a pobreza e a violência e que também possui potencial educativo, do ponto de vista da educação popular se fazer inerente à comunidade

PALAVRAS CHAVES: Rua. Direitos Humanos. Ilha do Bananal. Educação Popular.

ABSTRACT: The thesis is that in Cuiabá there is a homeless community that inhabits the Bananal Island downtown and that this community possesses a self-organization whose starting point is the *art-facts* and *affections* it mobilizes. This phenomenon was described from exploratory field research and has recurred to dialogues with the homeless inhabitants and the description of the phenomena that comprise the community that inhabits the Bananal Island. The *art-facts* and *affections* are a means of expression of an entire material and immaterial culture that involves the life of a homeless population that inhabits the Bananal Island. The research reveals that even living under the auspices of vulnerability, the Bananal Island community manages to resist phenomena like poverty and violence and that also has educational potential, from the point of view of popular education do inherent in community

KEYWORDS: Street. Human rights. Bananal Islan. Popular Education.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (2016), professora da Rede Estadual de Educação do Mato Grosso – SEDUC.

² Doutor em Educação Pública pela Universidade Federal de Mato Grosso (1997) e doutorado em Educação (Currículo) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Professor aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso. Atualmente é Professor Visitante da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT e é Membro do Núcleo Permanente do Programa de Pós Graduação Mestrado e Doutorado em Educação.

RESUMEN: La tesis aquí es que existe en Cuiaba una calle comunidad que habita la isla Bananal en el centro de la ciudad y que esta comunidad tiene una organización propia de arte hechos y afectos que se movilizan. Este fenómeno fue descrito de la investigación de campo exploratoria y el diálogo con los residentes en situación de calle y descripción de los fenómenos que conforman la comunidad que habita en la isla de Bananal. El arte-hechos y afectos son una manera de decir a toda la cultura material e inmaterial que rodea la vida de la población de calle que habita en la isla de Bananal. La investigación revela que aún viven bajo auspicios de la vulnerabilidad de la comunidad de la isla Bananal pueda resistir frente a fenómenos como la pobreza y la violencia y que también tiene un potencial educativo, desde el punto de vista de la educación popular no inherentes a la comunidad.

PALABRAS CLAVE: Calle. Derechos humanos. Isla de Bananal. Educación Popular.

Introdução

A ideia central que forma este artigo é a de que existe uma comunidade em situação de rua que mora no centro de Cuiabá e que no arcabouço de uma pesquisa de doutoramento se revela como uma comunidade que se auto-organiza e que possui laços sociais e afetos que atravessam a cidade e a produz em concomitância com a produção mesma dos arte-fatos de sobrevivência no interior da Ilha do Bananal.

Chegar à existência desta comunidade de rua vivendo no Centro da Cidade de Cuiabá estruturamos a pesquisa nas seguintes fases: cartografia das ruas³, pesquisa exploratória e interpretação-descrição dos fenômenos. Nas etapas de cartografia, pesquisa exploratória e pesquisa descritiva, descobrimos uma comunidade composta por mais de sessenta (60) pessoas vivendo numa localidade chamada de Ilha do Bananal. Essa região está situada geograficamente entre o Morro da Luz e o Beco do Candeeiro no Centro Norte da Cidade de Cuiabá-MT-BR.

Percebemos através da observação e interação com a comunidade da Ilha do Bananal é a de que esta possui uma auto-organização e que este aspecto é fundamental para sua sobrevivência enquanto comunidade nômade. Esta pesquisa também descobriu

³ Cartografia aqui é utilizada no sentido de criar mapas de imagens, uma perspectiva que coloca a centralidade, portanto, nas imagens da cidade, no caso uma cartografia voltada para as imagens da população em situação de rua e suas relações com o urbano. Interessa a esta cartografia o registro da vida dessa população através da imagem das pessoas em seus contextos de vida e interação com o urbano, por isso ações como dormir, andar, comer, passear, transitar, pedir, cantar, chorar, gritar, surtar e defecar na rua interessam.

a existência de uma comunidade nascente e rememorou uma comunidade extinta que será brevemente mencionada.

A Ilha do Bananal possui um envoltório de temas crítico-reflexivos com grande potencial educativo vinculados ao seu território e entorno dado principalmente pelos *grafittis*; possui também um repertório de agentes e ações que absorvem em seus temas, quer seja, o tema da rua e da vida nas ruas – inspiração para este e outros trabalhos que certamente virão deste e que portanto busca nesta fonte a que nos referimos.

Neste repertório de manifestações da cultura e da arte de rua, o *graffiti* e as performances dos habitantes da ilha e de seus interlocutores forjam a particularidade simbólico-comunicacional do vir-a-ser deste território.

A relação entre patrimônio arquitetônico, *grafittis* e performances da população em situação de rua dá-nos o cenário da Ilha como um território que, apesar da violência a ele relegada, também possui potencial educativo, do ponto de vista de que a comunidade atua um teatro e pedagogia dos oprimidos. As interlocuções com os moradores de rua revelam condição de possibilidades educativas do território a partir do conjunto de imagens e de interação que estas congregam. Apesar deste território estar legado ao abandono pelo poder público sua organização enquanto moradias é certamente um aspecto que revela a auto-organização e o potencial de sociabilidade das pessoas que habitam os casarões da Ilha do Bananal.

A tudo isso se complementa a perspectiva de que essa comunidade é por sua vez interagente com este constructo da cultura material artística de rua, ou seja, ela constitui junto desse amplo aspecto cultural um aspecto sócio-político que relaciona território, habitação e cultura.

A Ilha do Bananal mobiliza todos esses elementos que chamamos aqui de *arte-fatos* e de *afetos* e que são, em suas ligações com o contexto de vida da cidade, o âmbito comunitário, vida comum ou vida compartilhada presente na Ilha. Os afetos dizem respeito a toda interação e maneira de se presentificar e de se conectar ao território, de sorte que também o meu afeto de conexão analítico-descritivo e desejante forma com as pessoas do lugar e a cultura um prisma das paisagens da ilha. A ilha configura um território de saberes, presentes sobretudo em *arte-fatos* e afetos que estão em *devoir* e também os sentidos de vida da comunidade.

Veremos que outras ilhas também integram o *devoir* morar na rua, habitar a rua. O patrimônio arquitetônico, os *grafittis* e as performances dos moradores de rua presentes na Comunidade da Ilha do Bananal e seu entorno, constroem uma maneira de

habitar a rua muito própria a estes moradores, pois encontram entre o Morro da Luz, o Beco do Candeeiro e a Ilha do Bananal complementaridades entre as representações da casa, do quintal e da cidade ao mesmo tempo em que tudo foge a estas representações.

Habitar a rua torce o sentido do urbano, e por isso o fenômeno é feito de ambiguidades e ambivalências. Assim nos questionamos: Dentre as ambiguidades das ilhas está a de ensinar a pensar sobre uma cidade educadora? As ilhas dariam conta de falar sobre uma nova maneira de ver/ser na/da cidade? Habitar a rua pode constituir, para além das táticas de sobrevivência no *front*, um ponto de vista da educação que leve em conta a vida dessas populações numa perspectiva de educação popular? Com quem, quais personagens e autores, se pensaria tal aspecto da educação?

Compreender o urbano a partir de uma população que habita a rua é um desafio que toca as pedagogias comprometidas com as lutas pela terra e território e, neste sentido, é um mergulhar na cultura de rua, é pensá-la como comunidade que pode trazer a tona uma episteme nova – uma episteme que se configure como uma episteme do Sul e mais ainda como uma episteme das ruas do Sul. Também poderíamos pensar em termos da consolidação de algo realmente novo na arte pública, conceito que ganhou notabilidade a partir da incursão dos movimentos tipicamente da rua. Como isso seria possível?

População em situação de rua em Cuiabá - MT

O termo “população em situação de rua” será aqui utilizado de maneira a relevar a parcela da população que se encontra morando na rua, habitando a rua. Quando não for possível utilizar esse termo, o mais adequado contemporaneamente, usaremos “morador em situação de rua” ou “morador de rua”, em contraponto ao uso de “mendigos” ou “andarilhos”.

Abordaremos no decorrer do trabalho que as pessoas em situação de rua fazem parte dos grupos vulneráveis, em contrapartida a algumas formulações que tratam a população em situação de rua como desvalidos, fragilizados, débeis ou aqueles a quem sempre falta algo; traremos a dimensão de uma população que se auto-organiza e que é ativa e rebelde.

A pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no período de agosto de 2007 a março de 2008, constatou que em 71 cidades brasileiras com população superior a 300 mil habitantes (exceto São Paulo, Belo

Horizonte, Recife e Porto Alegre, que já possuíam levantamentos próprios) existiam 31.922 pessoas que utilizam as ruas como forma de moradia no país. Os resultados dessa pesquisa foram divulgados em 2008⁴.

A partir dos questionários aplicados com essas pessoas maiores de 18 anos, encontramos alguns dados relevantes no relatório que apresentamos em síntese: 82% desta população são do sexo masculino; 53% dos entrevistados possuem entre 25 e 44 anos; 39% se declararam pardas; 29,5% brancas e 27,9 negras; 52,6% recebiam entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais; 74% dos entrevistados declararam saber ler e escrever; 17,1% respondeu que não sabem escrever e 8,3% apenas disseram que assinam o próprio nome.

Os dados deste levantamento são importantes no quesito trabalho, pois 70,9% declararam exercer algum tipo de atividade remunerada, das quais: 27,5% são catadores de materiais recicláveis; 14,1% são flanelinhas; 6,3% trabalham na construção civil; 4,2% exercem atividades de limpeza; e 3,1% são carregadores ou estivadores. É interessante que somente 15,7% dos entrevistados declaram que pediam esmola como meio de obtenção de renda.

Outro dado interessante elucidativo da pesquisa é sobre a origem da população em situação de rua, pois 4,8% dos pesquisados responderam que sempre viveram no município em que moram atualmente. Considerando os outros 54,2% dos entrevistados, temos que destes 56% vieram de municípios do mesmo estado de moradia atual e 72% vieram de áreas urbanas. Conclui-se que parte considerável da população em situação de rua é originária do mesmo local em que se encontra ou de locais próximos, não sendo em decorrência de deslocamentos ou de migração do campo para a cidade.

A Pesquisa junto da população em situação de Rua

O lugar de pertencimento na pesquisa junto da população em situação de rua é um lugar que está no coletivo; não é meu: é nosso. E nesse lugar onde pesquisa e vida não se separam, o esforço é o de compreender, por exemplo, como se constitui a Comunidade da Ilha do Bananal, com seus traços particulares de bando e nomadismo e como estes articulam os *arte-fatos* e os afetos relativos ao território.

⁴ BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília – DP: [s.n], 2008. Disponível em: <http://www.criancanaoederua.org.br/pdf/Pesquisa%20Nacional%20Sobre%20a%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rua.pdf> (Acessado em 07/11/2016).

Junto dessa população percebemos, por exemplo, o aprofundamento dos laços sociais que criam pertencimentos e afetos que revelam uma população ativa e rebelde que, em face do abandono, tem como estratégia de defesa e de luta o 'bando' que, somado à afetividade, traz à tona comunidades nascentes, e comunidades em *Devir*.

Trata-se de comunidades de sujeitos coletivos que se negam a um coletivismo gregário, sujeitos políticos que destronam a política na crítica que fazem enquanto aqueles que se sabem tornados vulneráveis e que essa condição é, ao mesmo tempo, uma forma de existir e resistir, portanto de r-existir.

R-existir ganha um sentido de vida, daquele que está lançado na existência como sobrevivente, isto é, aquele que existe em combate com tudo aquilo que o hostiliza, ou seja, que ameaça a sua própria existência e que no combate pela sua manutenção encontra a existência como resistência por isso R-existe.

Essas populações, que na vida estão como que na linha de frente, no *front* mesmo de um combate travado em nome de uma suposta civilidade, lida com aquilo tudo: Estado, Governo, Sociedade e Política, que os qualifica como incivilizados, selvagens, sem alma, sujos, ladrões, imorais, doentes, loucos e animais.

Aqui aparece uma colonialidade que surge como classes, nomenclaturas, diagnósticos, avaliações vindas de várias áreas dos saberes e que tratam a população em situação de rua muitas vezes na condição de um rebaixamento de sua própria humanidade.

Assim, estar no *front* afirma por um lado uma alternativa, uma escolha, mas também uma falta de opção, uma violência. Se por um lado afirma uma potência, uma condição de possibilidade, uma vida nova, um devir criança, um devir animal e um devir louco, por outro lado também afirma a maneira colonial de tratar essa população em muitos gradientes de normatividade que transforma a condição de diferença numa profunda desigualdade como o sabemos a partir de Boaventura de Souza Santos e todos os teóricos que tratam da colonialidade do ser, do saber, do poder e porque não, do viver.

A manutenção da vida dessa população constitui uma luta contrária à colonialidade do viver e do habitar. Por isso traz consigo uma afirmação da vida. A afirmação da vida a partir da r-existência às violências forma parte da auto-organização de comunidades em situação de rua e mostra a vida no *front* a partir das tentativas de aniquilamento como constitutiva da própria vida urbana.

Ao mesmo tempo, o urbano construído pela população de rua ganha a tônica de processo de colonização pelo sistema-mundo-capitalista e também de um *habitat*. Habitat não no sentido de encontrar um conjunto de elementos e situações físicas, geográficas e territoriais que favoreçam o seu desenvolvimento, mais ou menos como entende a biologia, mas um sentido de *habitat* como lugar único e que projeta sobre o mundo sua unicidade, sua imensa capacidade de continuar a ser único em sua manifestação e ao qual se pode buscar como condição de possibilidade de um outro urbano, uma outra cidade, um outro mundo possível.

Neste sentido o a população em situação de rua é justamente aquela que consegue construir o fenômeno “morar” a partir dos detritos, destroços, desperdícios e desusos, formando assim para usar uma expressão do poeta Manoel de Barros, uma série de ‘*desutilidades poéticas*’.

O lado perverso disso tudo é a acumulação de alguns enquanto que outros precisam viver do que foi descartado. Outro lado também muito complexo do ponto de vista educacional é preconceito quanto a não existência de dignidade em uma vida que se descole do consumismo e da propriedade privada, no caso da vida na rua. Veremos como estes preconceitos se veiculam a diversos discursos, dentre eles o de limpeza.

A comunidade de rua, ou comunidade no *front*, além de evidenciar que o processo de Colonialidade do habitar e o silenciamento do r-existir dessas populações são estratégias de um poder soberano, para lembrar Agambem (1993), também fazem ver que o silenciamento atinge seu ápice como marca do processo civilizatório e que nos massacres, chacinas e assassinatos que promovem o aniquilamento da população em situação de rua se tem a marca de seu poder de destruir populações.

Dizer da existência de uma população organizada numa comunidade como a comunidade da Ilha do Bananal é problematizar a legitimidade da morte na rua, pois encarar que não é problema viver na rua nos propõe uma visão nova da vida em sua manifestação, entendendo que o problema da vida não é propriamente a vida na rua e sim a morte na rua.

Esse dilema entre viver e morrer, onde ambos possam se tornar sinônimos, tem implicações sérias do ponto de vista de que se assim assumimos como algo dado na realidade ou consequência das escolhas feitas, estaremos tomando um ponto de vista de permissão para a morte daquele que tem a sua vida nua, ou seja, aquele que, na condição de matável, pode também morrer na rua, sem maiores implicações. Isso

também problematiza a rua enquanto território de morte e não como território de vida, o que enfraquece a própria noção de vida e de vida nas cidades.

Se viver significa morrer, deixar morrer e ao mesmo tempo, fazer viver, o que poderia nesta condições afirmar a vida? Esta foi durante a pesquisa uma questão importante e por isso entendemos que falar da comunidade de rua, de seus *arte-fatos* e afetos de vida é a melhor maneira de afirmar a vida; é disso que se trata. Não uma vida idealizada, ou que tenha dimensões prescritivas de como ela deva ser vivida, nem mesmo uma vida que não deseje a morte, ou que não tenha a morte como a espreita; sabemos que não se trata disso.

Trata-se de afirmar a vida que é vivida, aquela presentificada e que mesmo tendo sido deixada para morrer, no sentido do abandono, e por isso se encontra no *front*, é ao mesmo tempo aquela que vive e deseja viver, não aquela que se faz viver no sentido de legar a vida como condição, mas aquela que em suas contradições e ambiguidades, encontrou em sua existência também a resistência.

Colocar a questão da comunidade é colocar para este trabalho uma questão central para pensar a Comunidade como Ilha, como uma comunidade em devir, no sentido de que ela é e ao mesmo tempo está se formando, se fazendo, e ainda mais se perguntar: o que pode significar ser uma comunidade numa ilha? Que *habitat* é esse que integra o urbano sendo ilha? Como uma população empobrecida e sem recurso financeiro ou de investimento consegue organizar uma comunidade e sobreviver pairando sobre si a permissão para a morte? Em que condições se forma essa comunidade? O que é aqui uma comunidade e uma ilha?

É preciso dizer que estas populações resistem, como na Ilha do Bananal, cercados e no interior da cidade como desorganizadoras das lógicas urbanas, mas também como integrantes a elas como articuladoras de novas possibilidades de vida e de vida na rua, mas também cerceadas e tolhidas pelas mesmas políticas de controle.

O fenômeno do “habitar a ilha” neste sentido está composto de ambiguidades e ambivalências que se mostraram durante o percurso de pesquisa e que se mostram aqui nos fragmentos escolhidos como partes dos relatos e das análises.

A ambiguidade dá-se no cruzamento de linhas de vida e de morte que atravessam a vida dessa comunidade, na violência intrínseca ao processo de manutenção da comunidade e na relação com o que é externo à ilha, na própria conexão entre interior e exterior.

A ligação entre interior e exterior é pensada como trânsito, como troca, como jogo entre todo e qualquer vir-a-ser da comunidade da Ilha do Bananal, não encerrando-a num nome ou numa categoria, como pode querer a ideia de ilha ou de comunidade.

Esse trânsito, jogo, esse intercâmbio diz de uma comunidade que, respeitando a característica do conceito de comunidade em Agamben (1993, 2002), não tem nada de endógeno, de fechada em si mesma, de auto-excludente, nem que se defina apenas a partir de si mesma. Ela é autorreferenciada, mas não é autóctone. Ele é autorreferencial mas não fechada.

O jogo entre a comunidade da Ilha do Bananal e a sociedade envolvente, o entorno ou como queiram chamar as outras pessoas que não moram em tal comunidade, é dado por uma grande quantidade de eventos que atravessa a vida dos moradores da ilha e que são parte da população de rua.

Esses atravessamentos dão conta de uma vivência complexa e que ao mesmo tempo trazem à tona essas ambiguidades próprias da vida humana e, sobretudo, de uma vida no *front*. Estar entre é uma expressão interessante e que pode ajudar a pensar a ilha como fronteira, uma ilha como uma faixa limítrofe em que se conjugam tantos afetos diferentes que traçam sobre o território tantas linhas que também ele deixa de existir como fronteira física e passa a existir, como fronteira pensada do ponto de vista de uma linha fortemente marcada na experiência dos moradores da ilha, o que encerra uma dificuldade a ser traçada conceitualmente, mas que dá a pensar a experiência da rua como fronteira e a fronteira como rua.

A comunidade da Ilha do Bananal mobiliza espaços, temporalidades, fatos e artefatos sociais e da cultura, de maneira a subverter o desejo de *pólis* e consagrar-se ao desejo de *Plaza* (*praça*). Esse desejo de praça é desejo do público, da própria fronteira, do contexto de uma vida limítrofe, entre o aqui fora e o lá dentro, e sobretudo um *entre* passante, um *entre* nômades.

Esse desejo de *plaza* que é desejo de rua se constitui na “inexpropriação”. O que é irredutível a essa população, o que lhes é inexpugnável, é justamente não apenas a contingência da rua, mas o seu desejo, tanto de amparo como de r-existência – desejo que é complexo e ambíguo no sentido de que seus riscos configuram-se na mesma medida de suas possibilidades.

Essa ambiguidade não apenas forja em grande medida o sentido da “comunidade que vem” (AGAMBEN, 1993); essas potências ensaiam as condições de possibilidade de uma política da rua, de uma vida comum, no sentido de uma vida compartilhada, isto

é, o mesmo que a utopia de uma comunidade nascente e de uma comunidade que ainda está vindo.

Para pensar uma pedagogia da rua, uma maneira de ensinar próprio da rua, é evocativo pensar a vida compartilhada sendo aquela mesma vida que resiste, que repensa e recria o urbano e portanto auto-organizada numa nova urbanização, que revira, mexe com os sentidos comuns de habitação, de *habitat* e de hábitos e que ao mesmo tempo coloca-se numa Guerra dos Lugares, como diz Rolnik (2015), ao abordar o tema.

A população em situação de rua possui um capital cultural urbano, principalmente pela sua imersão no interior da própria dinâmica da cidade, especificamente na dinâmica do centro da cidade.

Algumas experiências dão conta de entender esse saber da cidade em sua importância para o próprio contexto do urbano. É o caso da experiência em que a população em situação de rua atua como guias turísticos, pesquisadores que fazem entrevistas e recolhem dados para um determinado fim e em experiências como, por exemplo, a de Porto Alegre em que temos o belo exemplo do jornal Boca do Lixo, um jornal que fala da cidade a partir das notícias que os moradores de rua contam e que é distribuído como um jornal que tem igual *status* de notícia como os jornais feitos por empresas de comunicação.

A comunidade da Ilha do Bananal certamente conta com esse potencial de criação e que é já um grande diferencial na paisagem urbana colonizada pela circulação de mercadorias do sistema-mundo-capitalista.

A comunidade da Ilha do Bananal comporta um território que vai da Avenida Prainha até o fim do Morro da Luz. São casarões que deveriam ter sido desapropriados para a construção e passagem do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), que deveria ter sido implementado para a Copa do Mundo de Futebol que aconteceu no Brasil em 2014 e em que Cuiabá se tornou uma das sedes do evento.

A pesquisa centra-se, portanto, entre os movimentos de campo, como pesquisa exploratória reveladora da população em situação de rua e mesmo como o processo que levou ao descobrimento de uma população inteira vivendo no interior da Ilha do Bananal e também como pesquisa de interlocução, de observação e de participação principalmente através das atividades de andanças e conversas no Centro Norte, de Atividades no Beco do Candeeiro e da forte interlocução com a moradora de rua Andreia, conhecida como Cheirosa.

A pesquisa exploratória proporcionou familiaridade com o problema de pesquisa, aproximação da população em situação de rua, envolvimento com a rede de proteção às vulnerabilidades da rua, além de contato com materiais de pesquisa que vieram através de pesquisadores e profissionais que lidam diariamente com o cuidado institucional ou não relativo a estas populações.

O dia 30 foi decisivo para a pesquisa e o afastamento da Ilha. No dia 30 de agosto aconteceu o que chamamos neste trabalho de *baculejo nervoso*⁵, porque já havia sido presenciado *baculejos* na região, um deles com polícia fortemente armada. Na ocasião, prenderam cinco pessoas que eram acusadas de roubo e que tinha se escondido no morro da luz. Neste dia eu, autora deste trabalho, não estava no Centro; vi as notícias pelos jornais e senti-me com medo.

Lembrei-me de um outro baculejo que presenciei e fiquei pensando no risco que estava se tornando minha pesquisa. Algo que não podia ignorar. Eu me dirigia ao meu ponto de observação chegando por traz do Beco do Candeeiro, que nesse dia resolvi contornar. Ao invés de passar pelo meio do Beco, fui pela Prainha, cortando o Beco pela lateral. Quando cheguei perto do meu ponto de observação, percebi um alvoroço.

Não entendi de imediato, mas quando botei a cara no Morro da Luz me vi no meio do grande tumulto. Havia em torno de 7 carros de polícia na imediação e muitos policiais. O baculejo levou mais de uma hora e vi transformado em espetáculo para toda a população a prisão de cinco homens, três deles negros descalços e maltrapilhos e dois deles pareciam mais jovens e não tinham a aparência de moradores de rua como os outros três.

O episódio em que percebi a quantidade de pessoas muito maior do que vinha observando se deu no dia do “Salve Geral”, de maneira que, como havia necessidade de transitar as informações, também havia mais pessoas fazendo o trânsito dessas informações. Existia também ao que me parece um outro fenômeno se sobrepondo a este e que também pode estar a ele ligado: a chegada da droga. Não é incomum quando chega uma quantidade maior de drogas em uma região haver movimentação no sentido de entrega e consumo. Neste dia houve muito “corre”, “correria”, busca de drogas. Isso ficou registrado por mim nas imagens dos homens que atravessam as avenidas em círculo.

⁵ A gíria “baculejo” significa que a polícia passou para averiguar o local e abordar as pessoas suspeitas por crimes. Nervoso refere-se a algo muito extremado, ações de repressão com forte caráter violento. “Baculejo nervoso”, neste sentido, é então a ideia de uma operação truculenta e impiedosa.

A ideia de que haja um movimento circular que envolve a maneira como se movimentam os moradores da comunidade foi percebida numa das observações em que um mesmo morador contornou o entorno da área por completo, do Beco à Ilha, da Ilha ao Morro e deste de volta para o Beco. É preciso ressaltar que do morro se tem visão panorâmica para ambos os espaços. Da ilha se sai para os dois lados e do beco se entra para o “miolo” da cidade (rua do meio e rua de cima).

De maneira que a Ilha tem grande poder a partir do interior e do exterior. Percebi isso ao observar a Ilha à noite, da Igreja São Benedito, que fica do lado oposto ao meu ponto de observação. A ilha não possui luz elétrica em seu interior, de maneira que toda a luz que recebe vem da iluminação pública, que na região é bastante eficaz; existem postes com luzes muito fortes dos dois lados da Ilha, e existe a iluminação da Igreja que também traz bastante claridade ao entorno da Ilha. Pelo lado do Morro da Luz, a iluminação cai quando se atravessa a calçada para a parte do Morro que é vegetação e, no seu interior, as luzes são luminárias diferentes dos postes da rua da calçada onde fica a Ilha.

Do outro lado, pela rua Coronel Escolástico, a Ilha é iluminada com luzes fortes do lado da calçada dos casarões e do lado da calçada da Igreja São Benedito.

O que percebi foi que, de maneira muito tática, à noite a Ilha tende a ser um bom lugar para se esconder do perigo, pois quem está dentro enxerga muito bem quem está fora, como numa casa que tem as luzes de fora acesa e as luzes de dentro apagadas. Percebi isso por observação a partir da Igreja. A comunidade usa de uma presença-ausência de luz, pois pelo que consegui perceber, algumas partes mais próximas da rua são mais iluminadas e o interior, principalmente a parte de baixo, é mais escura. A parte de baixo também configura uma das entradas e saídas mais usadas pela comunidade.

A Operação Ártemis,⁶ como foi chamada pelos policiais, visava à caça. Está implícita aí uma dimensão da predação daquele que pode ser caçado. A dimensão da caça liga-se à ideia de que, por viver sob tais ou quais parâmetros, essa vida possa então ser submetida a tais ou quais operações, dentre elas operações de “limpeza”, as chacinas e assassinatos que tiram de circulação as pessoas em situação de rua e que instauram aquilo que Agambem (1993) nomeia por exceção.

⁶ <http://midianews.com.br/policia/operacao-da-policia-civil-detem-65-usuarios-de-drogas/273380>

A população em situação de rua constitui essa população a quem se coloca o pressuposto de que sua vida valha menos que outras vidas e, portanto, que esta vida possa ser matada, que esta vida possa encerrar uma exceção – ela pode ser caçada, como na Operação Ártemis.

Assim, a Ilha do Bananal entrou naquilo que Agambem (2002) chama de estado de exceção. Por mais longa que seja a citação, sua necessidade se faz presente para explicarmos como estamos pensando este episódio de captura da vida tornada nua, dentre outras maneiras, pelas operações de caça das polícias, aqui representadas pela Operação Ártemis.

Outro momento decisivo na pesquisa foi o dia da “Festa no Beco” Estávamos cursando a disciplina de Esfericidade e Fenomenologia – uma disciplina optativa que organizamos e realizamos através do Grupo de Pesquisa em Movimentos Sociais – quando na ocasião meu orientador, professor Passos, resolve junto de um grupo de tambor fazer uma festa no Beco do Candeeiro.

Nós Fomos pra lá levando comida e água. Juntou-se à festa a professora Adriana Rangel, que também faz seu doutoramento junto dos moradores de rua e possui um projeto intitulado Psicanálise na Rua.

Este dia era um dia de observação no ponto de ônibus do Morro da Luz. De lá fui até o *Studio* de tatuagem Galeria Tattoo, ponto de encontro de grafiteiros, tatuadores, roqueiros e toda uma juventude que traça uma cultura alternativa. Depois de uma sessão de conversa com todos, resolvemos que desceríamos juntos pro Beco, mas primeiro os grafiteiros Siq, Morto e Keka fariam um trabalho em uma das vielas ao lado do Beco do Candeeiro.

Durante nossas conversas, falamos sobre política e, naquele mês, estava acontecendo uma ocupação país afora reivindicando a não extinção do Ministério da Cultura, o chamado Ocupa MinC.

À época ainda não puxávamos o FORA TEMER. Mas nossa insatisfação era grande. Ouvi de Siq: “Ou vô pintar um Temer diabão lá no Beco hoje cara! Ou isso não existe velho, agora o cara vai acabar com a gente.”

Antes de chegarmos no Beco, entramos por uma lateral e começou o processo que foi registrado abaixo. Vários *graffitis*, foram feitos neste noite por Keka, Morto, Gora e Siq.

Com o trabalho pronto só depois da 1 da manhã, iluminados pelo farol do carro de um amigo, os grafiteiros deixaram seu protesto junto do povo da rua que seguiu noite adentro.

Enquanto acontecia o *graffiti* em uma viela, a roda de tambor do lado da estátua dos Meninos do Beco e um filme do Projeto Psicanálise na Rua, um grupo de Maracatu puxava um som no Ocupa Minc no patrimônio ao lado e eu transitava entre um e outro evento e buscava “trocar uma ideia”. Conversava com integrantes do nosso grupo, levava gente para ver o processo de grafiteagem e observava os moradores da Ilha do Bananal, que nesta noite estavam mais concentrados junto de nós por conta da música, da socialização, da comida e da água.

Conversei rapidamente com os moradores que observo do ponto de ônibus do Morro da Luz, junto deles uma mulher com quem tentei traçar uma conversa, mas que foi inútil, pois ela “não abriu” – não respondeu à interlocução. Eu a chamo “a moça da rosa”. Cumprimentei alguns dos moradores, observei uma senhora que fumava *crack* do lado de nossa amiga de grupo – que se mostrou tranquila e conseguiu então lidar bem com a situação e estar no território de maneira pacífica. Conversei com alguém que puxou conversa comigo dizendo me conhecer, o que também é uma tática recorrente em que nunca sei quando é verdade quando não, mas que diz basicamente pra quem é estranho que você está na mira, ou seja que “estão ganhando seu movimento”, vendo o que você está fazendo.

Tudo se desenrolou de maneira que inesperadamente fui atravessada por um contato. Nossa conversa no encontro do Beco começou por conta da rosa que trago tatuada no braço esquerdo.

Ela disparou de lá: “Eu gosto de rosa...”; e eu sabendo que era a autorização para que eu falasse com ela, já respondi: “Você também tem uma?”

E ela disse “Não não, mas eu gosto de rosa, a rosa é bonita. Eu gosto da cor sabe”, pegou meu braço, passou a mão na rosa, perguntou sobre o que estava escrito.

Havia por perto outra moradora, que tinha uma rosa tatuada na perna e estava com ela à mostra, e com quem havia tentado um contato anterior sem sucesso.

Falei para minha interlocutora: “Ela também tem uma rosa”, fazendo um aceno para a outra moradora, que fingiu que não me viu e não me deu atenção nenhuma.

Ela continuou falando da rosa, numa espécie delírio que a remitia para toda a beleza desse ícone que é um dos mais retratados na história da arte.

Eu ofereci água, porque estávamos perto da mesa com bolachas, um chá e água que havíamos levado para os moradores naquele dia de festa no Beco do Candeeiro.

Ela, em certa altura, entre meu movimento de servi-la e o movimento dela em receber o copo, percebeu meu olhar para o cachimbo de *crack* na sua mão.

Ela tinha numa das mãos o cachimbo e na outra umas coisas de roupas e apetrechos; foi inevitável que aquele ato trouxesse aquele objeto emblemático à cena, e ele veio com muita força, pois veio acompanhado de uma mão sobre uma barriga já bastante grande.

Era uma mão de dedos queimados e marcados por uma espécie de graxa da rua. Meio que escorada, meio que segurando o cachimbo para o próximo trago em cima da barriga, grandemente grávida, ela dispara: “É... é essa a minha situação e eu não consigo sair dela”, o que me quebra entre o ato de servi-la e o de olhar para seus olhos e dizer “Calma, tome a água, um dia de cada vez”. Não conseguia pensar em outra coisa pra dizer.

Ela tomou, não quis comer nada, não pediu nada, não falou sobre nenhuma outra coisa, como se não houvesse mesmo mais o que ser dito, e não havia.

Ela então perguntou sobre a festa e eu afirmei que era mesmo uma festa. Ela disse: “Ah... legal, legal. Eu faço artesanato, vendo as minhas coisas.” “É mesmo? Que bonito isso? Onde posso encontrar o seu trabalho?”, eu disse. Ela disse: “Vai lá na rodoviária. Lá todo mundo me conhece. É só você perguntar da *Hippie* e todo mundo sabe. Eu tô lá todo dia. Eu queria muito conversar com você, vou passar lá na semana que vem.”

Considerações Finais

Nossas reflexões que fecham estas linhas vêm no sentido de considerar a população em situação de rua como uma população de fato autônoma. Que possa escolher segundo seu desejo o melhor para si e que isso não seja impeditivo para sua permanência entre nós e para a manutenção de uma vida digna onde possamos entender o fenômeno ‘morar na rua’ como uma possibilidade a mais da manifestação da vida em sua afirmação e potência e aceitar que a diferença entre as pessoas é a marca da civilidade e da grandeza de uma cultura; que possamos entender também que a população de rua, apesar de vulnerável, possui tantos aspectos de luta como qualquer

outra população que resiste ao modo de organizar e controlar a vida do sistema-mundo capitalista.

Nossas considerações também vão no sentido de que, se falamos de ilhas em que se produzem essas dinâmicas sociais da vida da população em situação de rua, também podemos falar de ilhas de paz onde esta população possa usufruir de direitos pelos quais ela mesmo luta, empurrando o campo dos Direitos Humanos e mobilizando para pensar a potência do pensamento e da auto-organização nômade.

Compreender que a gestão do tempo das pessoas, de sua força de trabalho é um processo do sistema-mundo capitalista ao qual a população em situação de rua pode resistir, e ao qual deveríamos nós também poder.

Mais uma vez vem-nos o sentido da criação das ilhas de paz, como uma condição de possibilidade – ilhas de cuidado em que se possa efetivamente ser o que se é, sem, no entanto, que com isso inviabilizar a própria vida, colocando-a numa condição de vulnerabilidade.

Pensar que lugares reconhecidos como casa, possam sim, trazer o bem estar e a tranquilidade da casa, de laços diferentes daqueles que os fizeram deixar a própria casa e entender que o território da cidade pode ser um território de vida, portanto dessa casa arcaica que funciona como ninho, como abrigo, como espaço de produção e reprodução da vida.

Alguns Estados da Federação já se organizaram no sentido de garantir atendimento à População em Situação de rua. O Estado de São Paulo tem uma política estruturada ao longo dos anos e conta com um movimento histórico iniciado na década de 50 do século passado, sua história está mais bem detalhada em livros como o de Frangela e no recente livro organizado por Mariana Menezes (et all) “Novas Faces da Rua” citado na bibliografia desta tese. Na cidade de Cuiabá a iniciativa a partir da instituição do Grupo de Trabalho Intersetorial ainda é uma iniciativa tímida. Ela conta atualmente com o apoio da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (SETAS-MT) para iniciar uma política a partir de um trabalho que deverá congrega Secretarias como a Secretaria Estadual de Saúde (SES-MT), Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH-MT), dentre outras, mas ainda se configura como um trabalho inicial.

Algumas considerações também vem no sentido de denunciar que o espaço estudado, a Ilha do Bananal, tem sido vista pela política pública como o próximo ponto a ser higienizado na cidade de Cuiabá. Isto está começando a circular dentro dos

gabinetes e por informações dos próprios envolvidos com o trabalho junto aos moradores da ilha, chegou-nos a notícia de que a intenção é a de transformar o lugar onde hoje se encontram os casarões em uma grande praça, e retirar do território toda a comunidade da Ilha do Bananal.

Além dessa denúncia recebida junto à Defensora Pública, também existem as denúncias dos profissionais de saúde quanto ao espancamento e violência sistemática que se estão sendo impetradas contra a população em situação de rua da região da Rodoviária e Jardim Leblon. Essa ação está ocorrendo há mais ou menos 2 meses a mando dos Coronéis da Polícia Militar responsáveis pelas unidades “Crack é possível vencer” situadas nessas regiões. Essa ação tem ocasionado a ida da população em situação de rua para a Ilha do Bananal e a perspectiva é a de que em breve a polícia realize na Ilha um novo “Baculejo Nervoso” desta vez para a retirada da comunidade para a demolição dos casarões e higienização do Centro da Cidade de Cuiabá.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **A Comunidade que vem.** . Lisboa: Editorial Presença, 1993.

_____. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

BRASIL. **Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua.** Brasília – DP: [s.n], 2008. Disponível em: <http://www.criancanaoederua.org.br/pdf/Pesquisa%20Nacional%20Sobre%20a%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rua.pdf> (Acessado em 07/11/2016).

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto nº 7053 de dezembro de 2009:** Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília – DF: [s.n.], 2009.

DIREITOS do Morador de Rua – um guia na luta por dignidade e cidadania. [S.l.]: Ministério Público do Estado de Minas Gerais, [20--]. p.45.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes:** uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. 361 f. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. p. 86.

MEGAEVENTOS e violações de direitos humanos no Brasil: Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. [S.l.: s.n., 20--]. Disponível em formato PDF em: <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf>

KASPER, Christian Pierre. **Habitar a rua**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Unicamp, Campinas, 2006.

LINS, Daniel (org.) **Nietzsche/Deleuze: arte, resistência. Simpósio Internacional de Filosofia**. Fortaleza – CE: Forense Universitária, 2007.

PELBART, Peter Pal. **Vida Capital: Ensaio de Biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

RUI, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAN, G. (Org.) **Novas faces da vida nas ruas**. São Carlos: EdUFSCAR, 2016.

Enviado em: Dezembro de 2016

Aceito em: Abril de 2017

Como referenciar este artigo

LOPES, Eliete Borges; PASSOS, Luiz Augusto. Ilha do Bananal: resistência e auto-organização da população em situação de rua na cidade de Cuiabá-MT. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 4, n. 7, p. 144-161, jan/abr, 2017. Disponível em: < <http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/index> >. e-ISSN: 2359-2087.